



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
GTED/SELOG/SR/DPF/RS

PROJETO BÁSICO

LAUDO DE INSPEÇÃO PREDIAL NO SISTEMA DE FACHADAS

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a elaboração de ***Laudo de Inspeção Predial no Sistema de Fachadas da Superintendência Regional da Polícia Federal/RS***, situado a Av. Ipiranga, nº 1.365 – Porto Alegre/RS.

2. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 O presente Projeto Básico trata da contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços técnicos para a elaboração do Laudo de Inspeção Predial no Sistema de Fachadas do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal/RS, situado a Av. Ipiranga, nº 1.365 – Bairro Azenha – Porto Alegre/RS com o objetivo de obter o diagnóstico das manifestações patológicas do referido sistema.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste PROJETO BÁSICO encontra amparo legal no ART 24, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores.

3.2 Este documento foi elaborado com base em fundamentação legal, constituindo-se como peça integrante da Dispensa de Licitação, contendo os elementos básicos essenciais fixados na referida Lei, descritos de forma a subsidiar o processo.

4. DOS DADOS DA EDIFICAÇÃO

4.1 Endereço: Av. Ipiranga 1365 – Bairro Azenha – Porto Alegre /RS;

4.2 Pavimentos: 10;

4.3 Altura: 22,60 metros;

4.4 Área total Construída: 10.181,25 m²;

4.5 Atividades desenvolvidas na ocupação do imóvel: serviço público federal que além de utilizar o prédio para a execução das atividades inerentes à Polícia Federal, realiza atendimento ao público externo para a emissão e entrega de Passaportes, Registro de Armas e outros.



5. DAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E NÍVEIS DE INSPEÇÃO

5.1 Para execução dos serviços a CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente as especificações contidas nas normas técnicas que regem a matéria e demais legislações vigentes.

5.2. O nível de inspeção para a realização do presente Laudo de Inspeção Predial é o NÍVEL DE RIGOR 1 (IBAPE SP), definido como “*vistoria para a identificação de anomalias aparente a olho nú, sem equipamentos especiais e elaborado por profissional de uma especialidade, contendo indicações de orientação técnica pertinentes*”.

6. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DA ART

6.1 Que a empresa apresente os seguintes documentos quando da Contratação:

6.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica atualizada, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou

6.1.2. A Certidão de Registro de Profissional, expedida pelo CREA ou CAU, do profissional que será responsável técnico perante a PF pela prestação dos serviços.

6.1.3 A CONTRATADA deverá entregar juntamente com o Laudo de Inspeção Predial no Sistema de Fachadas a ART devidamente paga e assinada pelo responsável técnico pelos serviços.

7. DO DETALHAMENTO E DA METODOLOGIA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

7.1. Para o fornecimento do Laudo de Inspeção Predial no Sistema de Fachadas do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal/RS, com o objetivo de obter o diagnóstico das manifestações patológicas do referido sistema, caberá à CONTRATADA a realização dos seguintes etapas de trabalho:

7.1.1 Identificação das anomalias e falhas encontradas nas fachadas;

7.1.2 Classificação das anomalias quanto ao grau de urgência e análise de sua criticidade;

7.1.3 Orientações técnicas relativas às anomalias e falhas encontradas nas fachadas;

7.1.4 Classificação do estado de conservação do sistema de fachada do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal/RS .

7.2 As manifestações patológicas encontradas no sistema de fachadas do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal/RS deverão ser constatadas por vistoria a olho nú e digitalização de imagens, não se procedendo o uso de métodos invasivos, de testes de laboratórios ou mapeamento com a utilização de equipamentos (balancins) para testes a percussão com martelo de borracha.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
GTED/SELOG/SR/DPF/RS

8. DO CUSTO DOS SERVIÇOS E DA EMPRESA CONTRATADA

8.1 Valor total do serviço: **R\$ 14.900,00** (quatorze mil e novecentos reais)

(Esse Projeto Básico foi baseado no orçamento fornecido pela Empresa BALDASSO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA)

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas correrão à conta dos recursos consignados à Superintendência da Polícia Federal/RS, através de previsão no Orçamento-Geral da União, para o exercício de 2014.

10. DA PRESTAÇÃO DO OBJETO, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO.

10.1 O objeto deverá ser executado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos no seguinte local: Superintendência Regional da Polícia Federal/RS, situado a Av. Ipiranga, nº 1.365 – Bairro Azenha – Porto Alegre/RS.

10.2 O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, no prazo de 05 dias.

10.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto, devendo ser alterado no prazo de 10 dias, às custas da CONTRATADA, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

10.4 O objeto será recebido definitivamente, no prazo de 10 dias, após a aceitação, mediante termo circunstanciado.

10.5 Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, este órgão público designará um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, na forma e no prazo estabelecido neste contrato;

11.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições ou irregularidades constatadas nos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.4 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços;

11.5 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA relacionados com a execução do serviço;

11.6 Colocar à disposição da CONTRATADA local para guarda de uniformes e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
GTED/SELOG/SR/DPF/RS

11.7 Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade ocorrida quando da prestação dos serviços;

11.8 Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

11.9 Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Cumprir os prazos estipulados;

12.2 Arcar com a responsabilidade civil por quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados na execução dos serviços;

12.3 Incluir no preço do contrato um Seguro de Responsabilidade Civil contra acidentes ou danos pessoais a terceiros, decorrentes de atos e/ou omissões de seus prepostos, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

12.4 Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, bem como, devidamente uniformizados e munidos de equipamentos necessários ao desempenho eficiente dos serviços, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.4.1 A CONTRATADA deverá designar um responsável por todos os procedimentos relacionados à execução do serviço, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias ao bom andamento dos serviços, que atenderá ao gestor sempre que solicitado, deixando inclusive um número de telefone celular.

12.5 Refazer, no prazo estipulado e às suas expensas, os serviços prestados em desacordo com as especificações contidas nesse Projeto Básico;

12.6 Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a prestação dos serviços, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas vigentes, fiscal e comercial, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;

12.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços;

12.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

12.9 Executar os serviços descritos no objeto deste instrumento, em estrita observância às normas técnicas existentes e de acordo com as condições estabelecidas nesse Projeto Básico;

12.10 Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias;

12.11 Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
GTED/SELOG/SR/DPF/RS

12.12 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente;

12.13 Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante o uso de crachás, com fotografia recente;

12.14 Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto ou empregado para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato;

12.15 Instruir a mão-de-obra quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho e responsabilizar-se pelo cumprimento;

12.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

13.17 Manter, durante a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12.18 Fica sob responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer taxa, imposto, licença, etc., por ventura necessários, junto aos órgãos públicos competentes, bem como as complementações, alterações e adaptações dos projetos.

12.19 Que todo e qualquer dano que venha a ocorrer em equipamentos, esquadrias, móveis, instalações, etc., em função dos trabalhos, seja reparado pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo de até 72 (setenta e duas horas) da comunicação do GESTOR, sendo que os danos que causem prejuízo ao funcionamento normal da Polícia Federal sejam reparados imediatamente.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias, contados a partir da entrega e aceitação do objeto, mediante a apresentação do documento fiscal competente (nota fiscal/fatura), devidamente aprovado pela Contratante, por meio de ordem bancária de crédito, em depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA.

13.2 O pagamento efetivado pela contratante, será procedida de prévia verificação da regularidade fiscal da contratada no SICAF.

13.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP \quad I = \frac{TX/100}{365}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
GTED/SELOG/SR/DPF/RS

onde:

I = índice de atualização financeira -

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios -

VP = Valor da Parcela em atraso

N = numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

13.4 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, esses serão restituídos pela CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias, para que a CONTRATADA promova as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta contratação e das obrigações contratuais sujeitará a adjudicatária, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

14.1.1 Advertência

14.1.2 Pelo atraso injustificado na execução do serviço objeto da certame, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a prestação do serviço, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto contratado estiver em desacordo com as especificações requeridas;

14.1.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

14.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

14.2 As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

14.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Deverá a CONTRATADA, antes do início do projeto, visitar o local e realizar reunião com o FISCAL DO CONTRATO, visando analisar as alternativas para a execução do mesmo, bem com, sempre que surgirem dúvidas, a CONTRATADA deverá se reunir com o FISCAL para análise da melhor alternativa a ser adotada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
GTED/SELOG/SR/DPF/RS

15.2 As dúvidas deverão ser redigidas de forma clara, indicando as opções e seus efeitos (fatores positivos e negativos), reflexos financeiros e apontando a opção mais correta tecnicamente;

15.3 A CONTRATADA deverá sempre que convocado, comparecer a reunião técnica para apresentação e avaliação dos serviços em andamento. Havendo exigências ou rejeições dos serviços apresentados ao GESTOR ou Órgãos Públicos, a CONTRATADA deverá refazê-los sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2014.

LUCIANO GUELFAND
APF Mat. 17.444
GTED/SELOG/SR/DPF/RS